

LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA DA ÁREA DE PATRIMONIO

LEI	ARTIGOS E ANEXOS	ASSUNTO
Constituição da República Federativa do Brasil de 1988	Artigo 37, inciso XXI Artigo 70	Alienação Controle Interno
Código Civil Brasileiro Lei Federal 10406/2002	Artigo 98 ao 103 Artigo 538 Artigo 927	Bens Públicos Doação Termo de responsabilidade
Consolidação das Leis Trabalho (CLT) Decreto-Lei 5452/1943	Artigo 462, §1º	Responsabilidade do empregado público (dolo)
Lei Federal 8666/1993	Artigo 6º, inciso IV Artigo 17, inciso II, “a” e “b” Artigo 22, §5 Artigo 23, inciso II, “b” Artigo 24, inciso II e VIII Artigo 25 Artigo 53 e incisos	Licitação – leilão – alienação - permuta
Lei Federal 4320/1964	Artigo 15, § 2 Artigo 94 Artigo 96, Capítulo III, Anexo I Artigo 106	Definição de Material Permanente Termo de Responsabilidade Inventário Físico Avaliação
Lei Federal 5700/1971	Artigo 32	Descarte de Bandeira
Lei Federal 8429/1992	Artigo 1º ao 12 e 21	Improbidade Administrativa (sanções aos funcionários públicos)
Lei Federal 8722/1993	Artigo 1º e 2º	Torna obrigatória a baixa de veículos vendidos como sucata
Lei Federal 9504/1997	Artigo 73, § 10	Estabelece normas para as eleições (condutas vedadas aos agentes públicos em campanhas eleitorais – doação de bens)
Lei Federal 10753/2003	Artigo 18	Livros: Descaracterização de material permanente
Decreto Federal 1305/1994	Artigo 4º	Regulamentação da baixa de veículos vendidos como sucata
Decreto Federal 99658/1990	Artigo 3º, paragrafo único	Regulamenta, no âmbito da Administração Pública Federal, o reaproveitamento, a movimentação, a alienação e outras formas de

	Artigo 15 Artigo 16, § 3º Artigo 17 Artigo 18	desfazimento de material (inclusive bandeira e radioativos)
Portaria STN 448/2002	Artigo 2º Artigo 3º Anexos I e IV	Definição de material de consumo e permanente
Código Penal Decreto-Lei 2848/1940	Artigos 163 e 312	Crimes de Dano e Peculato
Portaria Ministerial 341/1981	Íntegra	Regulamenta a baixa de armas, munições e explosivos excedentes, obsoletos ou imprestáveis
Lei Federal 10826/2003	Artigo 3º e seguintes	Dispõe sobre o registro de armas
Decreto Federal 5123/2004	Artigo 70	Regulamenta a Lei 10826/2003
Decreto Estadual 35374/1992	Íntegra	Regulamenta a doação de bens móveis
Estatuto dos Funcionários Públicos Civil do Estado São Paulo Lei Estadual 10261/1968	Artigo 245 e seguintes Artigo 261, inciso II	Responsabilidade Aplicável a docentes e autárquicos
Decreto Estadual 52658/2008	Íntegra	Introduzir medidas desburocratizantes na recepção de documentos no âmbito da Administração Pública do Estado de São Paulo
Estatuto dos Servidores da USP (ESU) Portaria GR 239/1966	Artigo 167 ao 189 Artigo 168, incisos I e II Artigo 170 Artigo 171 Artigo 189, inciso II Artigo 190	Deveres, proibições e responsabilidades do servidor público Do processo administrativo – Sindicância
Regimento Geral da USP Resolução 3745/1990	Artigo 12, inciso II Artigo 13, inciso IV Artigo 41, inciso VI	Competências da COP Competências do Reitor
Estatuto da USP Resolução 3461/1998	Artigo 12 Artigo 13 Artigo 16	Patrimônio e recursos financeiros Competências do Conselho Universitário

Portaria GR 2991/96 – USP	Artigo 1º ao 3º – Anexo III	Dispõe sobre medidas de segurança nos <i>campi</i> Universitários
Portaria GR 6561/2014 – USP	Artigo 1º, inciso III	Dispõe sobre delegação de competência
Portaria GR 5431/2011 – USP	Seção III, incisos a, b e c Artigo 14 Artigo 15 Artigo 16 Artigo 18	Competência das Coordenadorias dos Campi o recebimento, a guarda e alienação de veículo
Portaria GR 6718/2015 – USP	Íntegra	Institui e disciplina a utilização dos recursos orçamentários para conserto ou reposição de equipamentos sinistrados de laboratório, informática e de áudio visual.
Portaria CODAGE 1233/2011 – USP	Íntegra	Institui Princípios e Critérios para descaracterização e características de bens
Portaria CODAGE 631/2015 e 769/2015 – USP	Íntegra	Institui a Subcomissão de Patrimônio (COMPATRIM)
Portaria CTI 4/2012 – USP	Íntegra	Cria, no âmbito do CTI, o Centro de Descarte e Reúso de Resíduos de Informática – CEDIR
Resolução 519/1974 – USP	Artigo 4º, itens 7 e 8 Anexo II	Dispõe sobre competência do Coordenador a dar baixa de bens móveis
Resolução 6073 /2012 – USP	Artigo 13 Termo de Colaboração Cláusula Primeira	Dispõe sobre a criação do Programa de “Professor Sênior” (uso de bens pelo docente aposentado)
Resolução 6966/2014 – USP	Íntegra	Instruções sobre convênios
Resolução 7157/2015 - USP	Íntegra	Cria o programa Parceiros da USP e Trata de doação de bens - e Anexos.
CODAGE/CIRC/014/2010 – USP	Íntegra	Encaminhamento ao CEDIR dos bens de informática e telecomunicações baixados do patrimônio
OF.VREA/CIRC/008/2012 – USP	Íntegra	Implantação do módulo WEB de controle patrimonial
OF.VREA/CIRC/014/2012 – USP	Íntegra	Procedimentos a serem adotados para cadastramento da situação de Professor “Sênior”
CODAGE/CIRC/009/2014 – USP	Tópico 1º, item 8	Observância das recomendações do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo

Of.CIR, 07/2015	Íntegra	Trata de Padronização de procedimentos para descarte e reuso de materiais de Informática e Telefonia.
Instruções 01/2008 TC-A-40.728/026/07 – Tribunal Contas/SP	Artigo 99	Encaminhar anualmente os responsáveis pela área de patrimônio ao Tribunal de Contas
Of.CIR. CODAGE, Nº 38/2016	Íntegra	Trata da regularização do uso de bens pelos docentes aposentados que ingressam no “Programa de Professor Sênior”